

ELIO GASPARI

Há 46 senadores no lixo, mas não o Senado

"Pau de galinheiro", "soberania arrogante"? Oh, que saudades eu tenho, da minha ditadura querida

NUMA SESSÃO secreta digna das missas negras do Conselho de Segurança Nacional da ditadura, o Senado absolveu Renan Calheiros por 40 votos a 35. Seria mais apropriado dizer que o fez por 46 a 35, pois quem se absteve sabia o que estava fazendo. Mais: na defesa do segredo, Renan e seu vice Tião Viana, apoiaram-se em janízaros que agrediram deputados. O resultado foi produzido pelos votos do PT e do PMDB, bem como por doutores do PSDB e do DEM, mas o Senado recebeu, de seus próprios integrantes, uma carga inédita de recriminações insultuosas. Quatro exemplos:

"O Senado acabou. Seis pessoas acanalharam seus votos" (Arthur Virgílio, PSDB-AM).

"Soberania arrogante" (Renato Casagrande, PSB-ES.)

"Pau de galinheiro" (Demóstenes Torres, DEM-GO).

"Degeneração" (Tasso Jereissati, PSDB-CE).

O Senado não acabou nem existe soberania arrogante. Se há degeneração e se a Casa pode ser comparada a um pau de galinheiro, o que entra na zona de perigo não é ela, mas a ordem democrática.

A conta da votação de quarta-feira é de cada senador e será avaliada pelos eleitores em 2010. O petista Aloizio Mercadante, por exemplo, cabalou por Renan e absteve-se. Em 2002, 10 milhões de votos levaram-no ao plenário.

Talvez queira voltar. Problema dele e de quem queira votar nele. O Senado de Daniel Krieger, Franco Montoro e Mario Covas não tem nada a ver com isso.

A pancadaria contra a instituição republicana, vinda dos próprios senadores, é puro solvente oportunista. Amaldiçoam a Casa para não fulanizar as traições. Cumpriu-se a escrita do clube: enlameou-se a pessoa jurídica para proteger pessoas físicas.

Mesmo admitindo-se que todas as acusações contra Calheiros sejam procedentes, as diatribes que se seguiram à absolvição

negaram atenção à sua defesa. Tome-se o exemplo do discurso feito pelo senador Francisco Dornelles. Ex-ministro da Fazenda, ex-secretário da Receita Federal, ele não é um parlamentar qualquer. Tem 25 anos de Congresso, não gosta de CPIs, foro privilegiado ou votações secretas. Dornelles foi à tribuna e, num curto discurso, sustentou que o único delito de que Renan pode ser acusado está na jurisdição da Receita. Ela deveria abrir um processo administrativo, durante o qual ele disporia de três níveis de recurso: "Vamos imaginar a seguinte situação: o Senado cassa o mandato de um senador, com base no pressuposto de ter, ele, cometido um crime contra a ordem tributária. Amanhã, a Secretaria da Receita Federal conclui que o senador não cometeu crime. Como fica o Senado?"

O discurso de Dornelles poderia ter moderado a catadupa de adjetivos. Afinal, trazia a "voz do outro", coisa incômoda para quem prefere ser ouvido sozinho. Se 35 senadores acharam que Renan delinqüiu, outros 46, no desempenho de suas atribuições, entenderam que um congressista mantém-se nos limites do decoro quando sustenta uma filha com dinheiro entregue por um diretor de empreiteira de obras públicas.

O Senado não existe para carimbar decisões tomadas pela opinião pública ou por parlamentares e jornalistas que se consideram seus porta-vozes. Tendo contrariado as diretrizes sugeridas, dane-se o Senado. Pode-se discordar de Dornelles (talvez seja melhor fazê-lo), mas afastá-lo da discussão prejudica até mesmo a qualidade do julgamento de quem condena Renan.

Se a Receita for atrás das contas do presidente do Senado ele quase certamente estará ferrado. Será ótimo, desde que não se ferre a defesa de um acusado.

Admita-se que as coisas não são assim e que os 46 votos efetivamente desmoralizaram o Senado. Teria sido melhor fechar rapidinho a pasta do doutor. Em 1975, aconteceu um caso parecido. O senador governista Wilson Campos foi apanhado numa gravação mordendo uma beirada de empréstimo em banco oficial. Vale repetir: a mordida estava gravada.

Depois de uma agonia de cinco meses, o Senado absolveu-o. Três dias depois, o presidente Ernesto Geisel cassou o seu mandato. Poucas vezes uma cassação teve tamanho apoio popular. "Oh, que saudades eu tenho, da minha ditadura querida", poderia dizer o serviço de faxina do pau de galinheiro.

Tudo bem. Geisel cassou Campos em junho de 1975. Meses depois, o IPM aberto no Exército para apurar a morte do jornalista Vladimir Herzog no cárcere do DOI-Codi de São Paulo concluiu que ele se suicidara. Em junho de 1977, o líder da oposição na Câmara, deputado Alencar Furtado, disse na TV que "o programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana, para que não

haja lares em pranto, órfãos do talvez e do quem sabe". Dois dias depois Geisel cassou-o.

Quem gosta de ritos sumários e desacredita instituições republicanas quando suas decisões o desagradam, pode ter saudade das cassações da ditadura, mas tem que levar o pacote: Campos fica sem mandato, e Alencar Furtado também. De quebra, Herzog matou-se.

O respeito ao Senado e às suas decisões amargas torna-se uma necessidade, sobretudo quando se sabe que o partido do governo defende sua extinção. Isso e mais uma Constituinte de ocasião. O PT definiu a absolvição de Renan com o mesmo projeto político que, em abril, levou a CUT a participar da paralisação do metrô de São Paulo para pressionar o Congresso na defesa do veto de Nosso Guia à Emenda 3. Isso tudo, com um presidente que já informou ter um demônio adormecido na alma.